

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1415/XIII/3.ª
PELA VALORIZAÇÃO ESTRATÉGICA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

A conjuntura estratégica atual confere aos arquipélagos dos Açores e da Madeira uma relevância estratégica proeminente.

Os Açores como a Madeira incluem-se nas sete regiões ultraperiféricas da União Europeia que juntamente com Cabo Verde formam a Macaronésia, cuja densidade demográfica é hoje superior a cinco países da União e com um PIB combinado que supera oito dos Estados-Membros. Pese embora o distanciamento do continente europeu, a evolução destes indicadores mostra, a par das características geográficas que colocam os nossos arquipélagos na fronteira de articulação das rotas marítimas entre as duas margens do Atlântico, o potencial indelével desta região.

Além disso, os efeitos conjugados da revolução energética nos EUA, do dinamismo económico e comercial da Bacia do Atlântico, em particular da América do Sul e África, do impulso dado pela política comercial da União, do alargamento do Canal do Panamá, por um lado, com a interligação dos perigos, que vão desde o tráfico de droga entre a América Latina e a Europa, à pirataria e assaltos por grupos ligados à criminalidade organizada e ao terrorismo transnacional, por outro, recentram os arquipélagos dos Açores e da Madeira no ponto de interseção de muitos destes fenómenos.

Por último e não menos importante, acresce o processo em curso de eventual extensão da plataforma continental marítima apresentado por Portugal na ONU, que permitirá ao nosso país exercer a sua jurisdição em todo o imenso potencial de recursos marinhos e energéticos existentes naquele mesmo espaço.

Alinhar, sumariamente, esses desafios, que refletem as valências energéticas, comerciais e securitárias que se projetam neste cenário marítimo, serve para mostrar o pano de fundo que vincula, de forma singular, a política externa portuguesa este enorme espaço geográfico.

Há, assim, um Atlântico emergente ao qual Portugal não pode estar alheio e também um momento político para projetar as suas potencialidades económicas e estratégicas, aproveitando esta dinâmica comercial para alavancar as suas exportações e captar novos investimentos;

reforçando-se no debate europeu; e, com isso, contornando a periferia continental e a redução de peso relativo à medida que novos alargamentos se vão fazendo.

Não se induza, no entanto, que todas as potencialidades nacionais se concentram exclusivamente no arquipélago dos Açores. Apesar das características de insularidade, autonomia, ultraperiferia e oceanicidade, cada um mantém particularidades regionais. É necessário aceitar as diferenças mas também torná-las contributos positivos para proporcionar maiores benefícios a um e a outro.

Deste ângulo, convém acentuar a concentração territorial, o reconhecimento externo, o destino turístico emergente, a competitividade fiscal (Centro Internacional de Negócios) ou ainda a diversificação da diáspora Madeirense em países tão distintos como a Venezuela ou o Canadá.

A Madeira representa ¼ do Mar português, e ao contrário dos Açores não tem tido um papel tão relevante em questões de segurança da região. Mas estas questões prometem ser cruciais nos próximos tempos para a estabilidade do espaço atlântico, nomeadamente no que diz respeito à vigilância e controlo sobre as movimentadas rotas de matérias-primas entre o Atlântico Sul, Atlântico Norte e o Mediterrâneo.

O arquipélago da Madeira é ainda, com as suas especificidades, um **laboratório natural**, capaz de atrair investigadores e de sedimentar conhecimento em áreas tão distintas como hidrografia, a oceanografia ou geomorfologia. A investigação e cooperação científica com entidades e parceiros externos deve ser promovida e estimulada não só pelo Governo Regional da Madeira, mas pelo Governo da República Portuguesa. O trabalho em rede, nomeadamente através de centro de estudo e investigação, é cada vez mais necessário.

A dinâmica de **internacionalização empresarial**, em que um número muito significativo de empresas portuguesas opera, traduz-se no aparecimento de novas oportunidades de negócio, de novas empresas e de novos empregos. A afirmação da Madeira como destino turístico e a reorientação das empresas madeirenses para o setor exportador, e em particular para mercados que tradicionalmente não lhes eram conhecidos, merecem um acompanhamento particular por parte do Governo português.

Chama-se por isso a atenção para o facto desta nova dinâmica aconselhar a uma aposta de concertação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Região Autónoma da Madeira para promover e orientar as iniciativas de internacionalização de empresas madeirenses.

Hoje são certamente poucos os que duvidam que a **Diáspora portuguesa** representa um dos grandes ativos económicos que Portugal tem e que permanece adormecido. Pelo seu lado avançou-se, no Programa Internacionalizar, “*mecanismos que facilitem a sua ligação com a economia nacional, nomeadamente através de encontros de investidores da diáspora*”.

Assinale-se porém que o seu papel para fortalecer as relações com o país, e com a Madeira em particular, continua por consolidar. Ora, concretizar esta ligação afigura-se, do ponto de vista do CDS-PP, uma prioridade inadiável, muito mais no contexto da situação política e económica da Venezuela, onde residem mais de 400.000 portugueses e lusodescendentes, a maioria dos quais oriundos da Madeira.

A **geopolítica da energia** é hoje tema marcante do debate europeu e extraeuropeu. Portugal é um país europeu mas é também um país atlântico. E Portugal será tanto mais na Europa, quanto for ator principal na aproximação da Europa a regiões do Mundo, onde Portugal é especialmente competente e respeitado. Esse é o nosso valor acrescentado.

Neste quadro, a Madeira está no centro desta geografia transatlântica. A energia é cada vez mais uma área de interesse nacional português, mas sê-lo-ia sempre mesmo fora desse debate, em virtude da pressão política feita pela Rússia a grande parte dos países europeus, e fruto da revolução energética em curso nos EUA, que o projeta como maior produtor mundial de gás de xisto e potencial maior exportador de petróleo, até ao final da década, segundo projeções da Agência Internacional de Energia.

Estamos, assim, perante um novo mapa energético mundial que mudou a uma velocidade galopante nos últimos cinco anos. A geografia de Portugal deve, por isso, ser valorizada como porta de entrada do gás americano na Europa, contribuindo para a diversificação das fontes energéticas da UE, acelerando a concretização do mercado único de energia e repondo o equilíbrio interno da energia europeia. A Madeira deve ser promovida, neste plano, como palco de captação de grandes empresas do setor logístico e energético e afirmar-se como *pivot* de ligação dos três continentes.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, a Assembleia da República resolve recomendar ao Governo que adote as medidas a uma articulação política que potencie a importância geoestratégica e geopolítica do Arquipélago da Madeira, explorando as valências energéticas, comerciais, securitárias e logísticas que emergem no Atlântico, e em particular na região da Macaronésia, quer através do envolvimento da Região Autónoma em projetos estratégicos de âmbito nacional, quer no âmbito da participação de Portugal, como membro de pleno direito, na NATO e na União Europeia mas também no âmbito do Diálogo 5+5.

Palácio de S. Bento, 12 de Março de 2018

Os Deputados

João Pinho de Almeida

Nuno Magalhães

Filipe Lobo d'Avila

Telmo Correia

Cecilia Meireles

Helder Amaral

Assunção Cristas

Pedro Mota Soares

Teresa Caeiro

João Rebelo

Vania Dias da Silva

Antonio Carlos Monteiro

Alvaro Castello-Branco

Ana Rita Bessa

Patricia Fonseca

Filipe Anacoreta Correia

Ilda Araujo Novo

Isabel Galriça Neto